

Acordo com credores está muito difícil

Dívida Externa
José Negreiros

Brasília — Dificilmente o Brasil assinará este ano um acordo de longo prazo com os credores internacionais, renegociando a dívida externa em termos globais, conforme pretendia originalmente o governo. No próximo dia 31 de março expira a prorrogação do acordo provisório relativo aos pagamentos de amortizações dos anos de 1985 e 1986, cujo prazo vence no final do ano passado.

A estratégia brasileira deverá ser a prorrogação desse mesmo acordo a cada 90 dias, repetindo este ano o que aconteceu em 1985, quando o país passou todo o ano rolando os prazos — além dos créditos — a cada três meses.

Os bancos poderão aceitar esse tipo de jogo desde que não sejam obrigados a emprestar dinheiro novo para o Brasil, cuja situação atual é muito ruim na avaliação dos credores. Chile, Argentina e Filipinas estão à frente do Brasil como clientes que já encaminharam suas negociações. Os bancos vão esperar uma reação da política econômica administrada pelas autoridades para depois fazerem um novo diagnóstico.

O diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, deveria ter iniciado ontem a negociação global da dívida, mas suas gestões foram desautorizadas pelas últimas alterações na equipe econômica do governo, com a substituição do presidente do BC. A

prorrogação do acordo do ano passado foi tratada pelo ex-presidente do BC, Fernão Bracher, e agora terá de ser retomada por Francisco Gros, dado que atrasa e altera a qualidade dos entendimentos com os banqueiros.

Na expectativa de especialistas da área externa, a centralização cambial é uma alternativa de reação do governo que poderá ser utilizada ou não politicamente, como forma de enfrentar a crise. Em julho de 1983, o governo resolveu aplicá-la como solução técnica, mas recusou o discurso político. Na verdade, a centralização equivale a uma "moratória negociada" ou "moratória educada", conforme aqueles que dela participaram na época.

Numa situação normal, os bancos privados compram dólares dos exportadores e os vendem para os importadores. No final de 15 dias o Banco do Brasil contabiliza a situação: se ela for credora, a situação de caixa do país melhora; caso contrário é obrigado a se desfazer de reservas. Com a centralização, o Banco Central raciona toda a disponibilidade de divisas do país.

Pela centralização, qualquer dólar comprado do exportador deve ser imediatamente entregue ao Banco Central, encarregado de decidir quais os pagamentos que deverão ser feitos ao exterior. Em 83, o então presidente do Banco Central, Carlos Langoni, decidiu que as prioridades seriam para a compra de

petróleo, matérias-primas para a indústria farmacêutica, peças de reposição para aviação, trigo e pagamentos dos juros dos empréstimos do BID, Banco Mundial e juros dos empréstimos de curto prazo (linhas comerciais), estimados em 15 bilhões de dólares.

Na prática, o que o governo negociou com os credores foi uma moratória transitória, que no caso durou até abril de 1984, para obter uma melhoria da situação cambial do país, organizar os pagamentos externos e realizar, mais tarde, uma negociação mais madura da dívida externa em termos globais. Pelo menos um dos objetivos da medida cumpriu-se imediatamente: a economia de cerca de 600 milhões de dólares por mês. Logo que os bancos emprestaram dinheiro novo ao país, no início do ano seguinte, o governo restabeleceu o fluxo normal das operações de câmbio. A venda de divisas para turistas em viagem ao exterior caiu, na ocasião, para 500 milhões de dólares.

O que se especula em relação ao quadro atual da crise externa é que o governo Sarney poderia utilizar o mesmo recurso, mas adicionar-lhe uma retórica política ao estilo "plano de salvação nacional", de forma a arrastar o apoio da opinião pública, dos partidos políticos, enfim, dos mais sensíveis segmentos da sociedade. Isso seria capaz de restaurar não só a credibilidade do governo como fortalecer sua posição diante das aspirações de soberania da Constituinte.

17 FEV 1987

JORNAL DO BRASIL